

## A ESTRUTURAÇÃO DA RELIGIÃO MONOTEÍSTA NO ANTIGO ISRAEL

**Autor: Tiago Bueno dos Santos**

**Orientador: Ms Armindo Boll**

UNITAU (Universidade de Taubaté) Departamento de Ciências Sociais e Letras, Rua Visconde do Rio Branco, nº 22 Centro, Taubaté-SP E-mail: letras@unitau.com.br

**Resumo-** Neste artigo buscou-se identificar o processo de estruturação do monoteísmo no antigo Israel, desde o período tribal até o período de centralização em um Estado Monárquico. Nesse processo recorreu-se a textos de alguns historiadores e teólogos que trabalharam esse tema. Esse estudo se justifica pela necessidade de buscar compreender como o contexto histórico contribui para a percepção do processo de estruturação da religião a partir de uma análise do tempo, que se constrói na longa duração.

**Palavras-chave:** *antigo Israel, tribo, monarquia, monoteísmo, religião*

**Área do Conhecimento:** História

### Introdução

Compreender a realidade religiosa como dimensão essencialmente humana significa perceber além de suas estruturas básicas, também as formas que essa realidade foi tomando ao longo do tempo. Nesse contexto delimita-se o objetivo desse trabalho, que é estudar como o monoteísmo se estruturou no antigo Israel, desde o período do tribalismo até o estabelecimento da monarquia.

A justificativa dessa pesquisa estabelece-se pela necessidade de se compreender como esses mecanismos dentro da história das religiões foram sendo reproduzidos ao longo do tempo. Esses mecanismos podem ser percebidos até na análise da estruturação do monoteísmo no cristianismo. O estudo dessa construção no antigo Israel demonstra como esse processo se estruturou e se legitimou no tempo e no espaço.

A partir dessa percepção pode-se analisar como se formulou o processo de construção da religião e a extensão de seu domínio em Israel, pois além da legitimação de sua esfera de atuação também passou a justificar o poder monárquico, centralizado na figura do soberano.

Ao longo desse estudo buscou-se compreender essa realidade e analisar o desenvolvimento dessa percepção a partir da longa duração (BRAUDEL, 1990).

### Material e métodos

A metodologia utilizada nesse trabalho foi a revisão bibliográfica, com levantamento de autores que escreveram a partir dessa temática, sendo um dos referenciais teóricos o conceito de longa duração de Fernand Braudel (1990).

O material utilizado foi um exemplar da Torá: a lei de Moisés (2002), com textos em hebraico e a tradução para o português, a Tradução Ecumênica da Bíblia (2002) e textos de autores como Schwantes (1984, 2004, 2006) e Silva (1999), que desenvolveram trabalhos voltados para essa temática.

### Resultados

Ao longo dessa pesquisa pôde-se identificar que o processo de construção da religião no antigo Israel passou pela estruturação de mecanismos sutis de dominação e controle. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que se estruturou em Israel um governo monárquico e uma religião oficial, a espiritualidade dos profetas rememorava os tempos do período tribal, em que prevalecia uma oposição à realidade de governo dos povos vizinhos, que era a monarquia.

Mas com a formação de um governo centralizador aos poucos a realidade de oposição mudou, para se adaptar ao modelo de governo externo, onde a própria religião se reformulou e passou a justificar a centralização e o domínio do soberano, o que fez surgir alguns indivíduos, denominados profetas, que não abandonaram a religião oficial, mas que passaram através de seu testemunho e de sua pregação a denunciar a opressão do povo.

## Discussão

Na constituição do Antigo Israel pode-se perceber bem esse processo, principalmente ao se analisar trechos do Antigo Testamento hebraico, onde através da narrativa formularam-se histórias com profundo significado teológico, de um Deus e seu povo “eleito”. Nesse sentido, a estruturação da religião andou junto com a própria formulação de um poder político, justificando-o e sendo por ele reconhecida. Processo que se deu a partir da construção discurso-narrativa de uma divindade que faria tudo para estabelecer seu povo escolhido, justificando a legitimação de uma determinada força na expansão e consolidação do Estado com e pela religião. Nesse processo, criaram-se estruturas de diferenciação e exclusão, tanto externa como internamente.

As leis cerimoniais do Antigo Testamento, presentes nos livros de Levítico e Deuteronômio, que versavam sobre puros, impuros e sobre os rituais de purificação, que definiam-se pela exclusão, demonstram essa realidade. Aqueles considerados impuros, principalmente os leprosos, eram excluídos da comunidade, sendo obrigados a se afastar do restante do povo:

[...] Se uma pessoa for atingida por uma doença do tipo lepra, [...] O leproso assim doente deve andar com veste rasgadas, os cabelos soltos e o bigode coberto e deve gritar “Impuro! Impuro!”; ele é impuro enquanto for impuro o mal que o atingiu, ele morará sozinho e estabelecerá a sua morada fora do acampamento. (Levítico 13, 9-10; 45 In: TEB, 2002, p.130-131).

Essas estruturas permitiram a legitimação do discurso de um determinado grupo do povo, que se transfigurou em uma elite dirigente, transformando segundo os seus interesses as formas de organização social, econômica e religiosa. Pois, a lepra e as demais doenças de pele eram consideradas como uma punição para aqueles que ousassem desafiar as leis tidas como estabelecidas por Deus, murmurando sobre a situação vivida ou contra o governo das elites. A narrativa da travessia pelo deserto, onde Moisés guiava o povo, demonstra muito bem a construção desse mecanismo de exclusão dos maldizentes, daqueles que desafiavam a ordem estabelecida. Segundo a narrativa não haveria misericórdia, nem para Miriam ou Aarão, irmãos de Moisés, o libertador (cf. Números 12,1-16 In: TORÁ, 2001, p.422-424).

Alguns pontos são interessantes de serem analisados nesse texto. O primeiro é a dimensão

da narrativa que enfatiza a lepra como uma punição para aqueles que falassem mal do “escolhido” de Deus, Moisés. Mesmo a sua irmã não fora poupada dessa punição. O segundo é a revelação do Eterno em sua relação com ele, que excedia a revelação feita aos profetas do povo, que se daria por visão ou sonho, mas para com o legislador Deus falaria de maneira clara e não através de enigmas. O terceiro ponto é a construção da narrativa no sentido de demonstrar os valores de Moisés como o ungido de Deus, ao descrevê-lo como o “mais manso dos homens”, como alguém humilde. E por último a ênfase concedida para ele como autoridade estabelecida pelo Eterno e sua compaixão demonstrada para com a irmã, ao interceder diante da presença divina em seu favor, o que reforça ainda mais a dimensão caracterizadora do poder concedido para as autoridades como representantes escolhidas pela própria divindade, por isso, aqueles que se insurgissem contra essa ordem seriam punidos.

Outra questão a ser analisada, é a sua estruturação discursiva que ganha sentido com a memória:

Se a memória antiga foi fortemente impregnada pela religião, o judaico-cristão aponta algo de diverso à relação entre memória e religião, entre o homem e Deus [cf. Meier, 1975]. Pode-se descrever o judaísmo e o cristianismo, religiões radicadas histórica e teologicamente na história, como “religiões da recordação” [cf. Oexle, 1976]. E isto em diferentes aspectos: porque actos divinos de salvação situados no passado formam o conteúdo da fé e o objecto do culto, mas também porque o livro sagrado, por um lado, a tradição histórica, por outro, nalguns aspectos essenciais insistem na necessidade da recordação como momento religioso fundamental. (LE GOFF, 2000, p. 27-28).

Nesse contexto, Moisés como o grande legislador do povo hebreu representa os “escolhidos” por Deus para dirigir seu povo e, por isso, só Ele poderia repreendê-lo. Além de seu sentido imediato, o texto demonstra as intenções de estruturação dos mecanismos de dominação, desencadeados pela elite de Israel. Outras personagens presentes na narrativa religiosa da Tanach, como Davi, que foi considerado “um homem segundo o coração de Deus” e a quem foi feita a promessa de um trono eterno, reforçam essa ideia (cf. 2 Samuel 7, 1-29; 22,1 – 23,7; Salmo 78,70; Jeremias 23,5). Essa tese pode ser

verificada quando se analisa o livro atribuído ao profeta Habacuc:

[...] nesse profeta, a partir de semelhantes leituras que se fazem de seu texto, marcariam presença a fé e esperança na dinastia davídica, enquanto mediação da atuação libertadora de Deus a favor de seu povo. Fé e esperança alicerçadas na promessa de perpetuidade no trono, feita por Deus a Davi através de Samuel [...] Apesar de todas as crises e defecções e frustrações com que tal dinastia vinha pontilhando a história, aquela promessa sobreviveria por quatrocentos anos, e emergiria também na proposta de Habacuc. (SILVA, 1999, p. 244).

Essa formulação do contexto religioso em Israel desencadeou uma inversão das concepções sobre a vida religiosa onde o aparente, o visível, se tornou "mais importante" do que os perenes valores do povo e da eternidade proclamada pela religião. Esta se tornou um meio de alcançar a dominação e o controle. Então, a voz dos profetas fez-se ressoar, denunciando as injustiças cometidas pelos dirigentes políticos e pelos sacerdotes. Criaram-se, assim, duas dimensões da realidade religiosa: uma controlada pela elite sacerdotal e governamental e outra guiada pelo grupo dos profetas que se posicionaram contra a exploração e a dominação. Estes se colocaram ao lado dos pobres, dos oprimidos pelo poder político-religioso e, a partir dessa realidade desenvolveram sua mensagem:

O justo perece, sem que ninguém tome a coisa a peito, os homens de bem são ceifados sem que ninguém veja que sob os golpes da maldade o justo é ceifado. Mas virá a paz, e estarão em repouso, em seus leitões, os que caminham em retidão. [...] Para os maus não há paz, diz o meu Deus! (Isaías 57,1-2 e 21 In: TEB, 2002, p.496-497).

Esse trecho do texto de Isaías evidencia a importância da mensagem profética em sua postura com relação à esperança de um novo tempo, ao mesmo momento que denuncia a exploração e evidencia a punição dos maus que não terão paz por oprimirem os miseráveis do povo de Deus. Dessa maneira, percebe-se que a formação do poder político-religioso em Israel foi um processo que em sua expansão desencadeou outros movimentos de sua resistência e oposição. Para se compreender essa realidade, de construção e estruturação da religião judaica, é

fundamental se voltar para a análise do processo de constituição do Estado, que se realizou a partir de um longo processo histórico.

Analisando esse processo, no início do século XIII a.C., sob o domínio faraônico na região de Canaã, em um período em que Israel não tinha se formado ainda como um Estado, sendo apenas um amontoado de tribos, Milton Schwantes (1984, p. 49), escreve:

A dominação citadina era ideologicamente assegurada pelo sacerdócio, os templos, a religião. Os símbolos e os ritos explicavam o mundo presente como mundo divino e eterno, conseqüentemente imutável. Ao rei estava assegurada uma posição destacada no culto.

Nesse contexto:

[...] O Estado acelerou a concentração dos frutos do trabalho, dos produtos da roça. A religião desempenhava papel central em tais aumentos de arrecadação, como podemos ver em Amós (cf. 4,4-5) e também em Oséias. Como não havia uma rede estatal apta para arrecadar os tributos, [...] recorria-se acima de tudo à religião, aos templos, aos lugares altos locais. Nas festas religiosas era entregue parte significativa do excedente agrícola e nelas, simultaneamente, era criado um clima propício para produção cada vez maior de excedentes. A religião, suas festas e seus ritos, incrementavam tanto a produção quanto a arrecadação tributária. [...] (SCHWANTES, 2004, p. 22-23).

Foi justamente contra essa estrutura que muitos dos profetas se posicionaram. No texto de Amós (que desenvolveu seu ministério profético sob Jeroboão II), pode se perceber bem a denúncia profética contra a exploração do povo pobre pela própria religião. Dessa maneira, buscando outras maneiras de vivenciar sua espiritualidade, os profetas acabaram contribuindo para um avivamento religioso, onde foram constituindo-se os textos sagrados, primeiramente pela narrativa oral e depois pela escrita:

[...] Como se vê, a afirmação de que, os textos bíblicos surgiram num processo demorado de formulação oral e escrita, de modo algum os invalida para a historiografia, mas tão somente recoloca seus diversos conteúdos nos respectivos momentos históricos. (SCHWANTES,

Nesse sentido, a memória vai ocupando um lugar de destaque no meio do povo e a reformulação das percepções religiosas, permitidas pela contínua ação dos profetas em denunciar a exploração dos governantes e da elite sacerdotal, foi reconstituindo-se os princípios da vivência comunitária do período tribal, que manteve-se às raízes da religião monoteísta, mas criou-se novas formas de compreensão do mundo e interpretação dos textos sagrados da tradição judaica. Com isso, a dinâmica da estruturação dos textos sagrados converge para percepção de sua importância na formação da religião ao longo da história.

Nesse processo, criaram-se novas formas de interpretação teológica, onde a ênfase recaiu, sobretudo, na espera por um novo tempo, em que as injustiças cometidas pelos monarcas e por sua corte não estivessem mais presentes, tempo em que os justos, pobres e oprimidos seriam aliviados da exploração, de serem desprovidos de seus bens ou do fruto de seu trabalho. Onde a religião adquirisse um novo significado e não estivesse mais ao lado dos opressores, um tempo que relembresse o “tribalismo igualitário” (SCHWANTES, 2006), onde nenhuma tribo suplantaria as demais.

Nesse contexto, desde a época da separação dos reinos do norte e do sul, pode-se perceber que sempre surgiram profetas no meio do povo, que tiveram suas mensagens contadas e recontadas até serem escritas, tornando-se parte dos textos sagrados da religião judaica e, posteriormente, da religião cristã.

## Conclusão

O estudo da religião na história do antigo Israel possibilita a compreensão de como se estruturaram os mecanismos de dominação e controle ao longo do processo de formação de um Estado Monárquico e de uma religião oficial, sendo uma de suas causas a influência e o modelo dos povos vizinhos no tempo e no espaço através da longa duração.

A partir da experiência e da vivência do Estado Monárquico em Israel surgiram os profetas com mensagens que se constituíram em testemunhos da opressão dos pobres. Estes se tornaram mensageiros de esperança, trazendo um avivamento espiritual, lembrando o tribalismo igualitário e vaticinando um novo tempo escatológico, onde não haverá mais oprimidos e opressores.

Dessa maneira, a partir dessa percepção pode-se compreender que a constituição da

religião foi um processo que se deu a partir da longa duração, envolvendo a religião do Estado e a percepção profética da realidade na formulação da própria espiritualidade do povo. Nesse contexto foi se construindo a religião em Israel. Com isso pode-se concluir que a religião em Israel passou por três momentos distintos: primeiro o momento do período tribal, depois o momento do processo de centralização monárquica e por último o movimento dos profetas, que reavivou a memória do período tribalístico e desenvolveu toda uma escatologia da espera por um novo tempo de justiça e paz. Essa concepção manifestou-se em diferentes períodos da história do povo e configurou a própria formulação do cristianismo.

## Referências

BRAUDEL, Fernand. . *História e Ciências Sociais*. Tradução: Rui Nazaré. 6ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Lisboa: Edições 70, 2000. V. 2. (Lugar da História).

SCHWANTES, Milton. *História de Israel (local e origens)*. São Paulo: Com Deus, 1984.

\_\_\_\_\_. “A Terra não pode suportar suas palavras” (*Am 7,10*): reflexão e estudo sobre Amós. São Paulo: Paulinas, 2004. (Coleção Bíblia e história).

\_\_\_\_\_. *As monarquias no antigo Israel. O estado monárquico no final do século XI a.C.*: Um roteiro de pesquisa histórica e arqueológica. São Leopoldo: CEBI; São Paulo: Paulinas, 2006.

SILVA, Domingos Sávio da. *Habacuc e a resistência dos pobres*: tradução crítica do profeta Habacuc. Aparecida, SP: Santuário, 1999.

TEB (Tradução Ecumênica da Bíblia). São Paulo: Paulinas; Loyola, 2002.

TORÁ: A LEI DE MOISÉS. São Paulo: Sêfer, 2001.